



Of. n. 18/2014 PJCRFGO

Goiânia, 21 de julho de 2014.

Ao Senhor:

Antônio Ribeiro de Oliveira

Diretor Presidente

Associação Goiana de Integralização e Reabilitação (AGIR)

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE GOIÁS, autarquia federal, instituído pela Lei nº 3.820/60, autarquia federal, criada pela Lei 3.820 de 1960, jurisdição em todo o Estado de Goiás, com sede na Rua 1.122 n. 198, Setor Marista, Goiânia- Goiás, Cep.: 74.175.110, neste ato representado por sua Presidente, **Dra. ERNESTINA ROCHA SOUSA E SILVA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer :

RETIFICAÇÃO do **EDITAL n. 1 de 18 de julho de 2014 – Processo de Seleção Pública para provimento de vagas no quadro de pessoal do Hospital de Urgências de Goiânia Governador Otávio Lage de Siqueira – HUGO 2**, para fazer constar com relação às vagas do laboratório clínico, além do Biomédico, também o **FARMACÊUTICO**, conforme a seguir explicitado:

No **ANEXO II - ATRIBUIÇÕES, ESCOLARIDADE, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO** consta para as vagas destinadas ao laboratório a exigência de que os profissionais sejam exclusivamente biomédicos, o que consideramos um equívoco que esta respeitável administração está cometendo, uma vez que as atribuições dos referidos cargos também são afetas ao **FARMACÊUTICO**.

Consta das atribuições do referido cargo:

Coletar e preparar amostras e materiais. Executar os trabalhos técnicos de laboratório relacionados à dosagens e análises bacteriológicas, bacterioscópicas e químicas, em geral, realizando ou orientando exames, testes de cultura de microorganismos, através da manipulação de



aparelhos de laboratório e por outros meios para possibilitar o diagnóstico, tratamento ou prevenção de doenças. Selecionar equipamentos e insumos, visando o melhor resultado das análises finais para posterior liberação e emissão de laudos.

Ora, todas estas atribuições são de competência do farmacêutico, conforme se encontra regulamentado pelo Decreto 85.878/1981, conforme se vê:

Decreto no 85.878, de 07 de abril de 1981 :

Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, DECRETA:

Art 1º São atribuições privativas dos profissionais farmacêuticos:

I - desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada;

II - assessoramento e responsabilidade técnica em:

a) estabelecimentos industriais farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica;

b) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica;

c) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral;

d) depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza;

III - a fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

IV - a elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

V - o magistério superior das matérias privativas constantes do currículo próprio do curso de formação farmacêutica, obedecida a legislação do ensino;

VI - desempenho de outros serviços e funções, não especificados no presente Decreto, que se situem no domínio de capacitação técnico-científica profissional.



Art 2º São atribuições dos profissionais farmacêuticos, as seguintes atividades afins, respeitadas as modalidades profissionais, ainda que não privativas ou exclusivas:

I - a direção, o assessoramento, a responsabilidade técnica e o desempenho de funções especializadas exercidas em:

a) órgãos, empresas, estabelecimentos, laboratórios ou setores em que se preparem ou fabriquem produtos biológicos, imunoterápicos, soros, vacinas, alérgenos, opoterápicos para uso humano e veterinário, bem como de derivados do sangue;

b) órgãos ou laboratórios de análises clínicas ou de saúde pública ou seus departamentos especializados;

c) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos farmacêuticos para uso veterinário;

d) estabelecimentos industriais em que se fabriquem insumos farmacêuticos para uso humano ou veterinário e insumos para produtos dietéticos e cosméticos com indicação terapêutica;

e) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos saneantes, inseticidas, raticidas, antissépticos e desinfetantes;

f) estabelecimentos industriais ou instituições governamentais onde sejam produzidos radioisótopos ou radiofármacos para uso em diagnóstico e terapêutica;

g) estabelecimentos industriais, instituições governamentais ou laboratórios especializados em que se fabriquem conjuntos de reativos ou de reagentes destinados às diferentes análises auxiliares do diagnóstico médico;

h) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos cosméticos sem indicação terapêutica e produtos dietéticos e alimentares;

i) órgãos, laboratórios ou estabelecimentos em que se pratiquem exames de caráter químico-toxicológico, químico-bromatológico, químico-farmacêutico, biológicos, microbiológicos, fitoquímicos e sanitários;

j) controle, pesquisa e perícia da poluição atmosférica e tratamento dos despejos industriais.

II - tratamento e controle de qualidade das águas de consumo humano, de indústria farmacêutica, de piscinas, praias e balneários, salvo se necessário o emprego de reações químicas controladas ou operações unitárias;

III - vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados do âmbito das atribuições respectivas.

Art 3º As disposições deste Decreto abrangem o exercício da profissão de farmacêutico no serviço público da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e respectivos órgãos da administração indireta, bem como nas entidades particulares.

Art 4º As dúvidas provenientes do exercício de atividades afins com outras profissões regulamentadas serão resolvidas através de entendimento direto entre os Conselhos Federais interessados.



Art 5º Para efeito do disposto no artigo anterior, considera-se afim com a do farmacêutico a atividade da mesma natureza, exercida por outros profissionais igualmente habilitados na forma da legislação específica.

Art 6º Cabe ao Conselho Federal de Farmácia expedir as resoluções necessárias à interpretação e execução do disposto neste Decreto.

Art 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de abril de 1981; 160º da Independência e 93º da República.
JOÃO FIGUEIREDO

Ademais, não se pode aferir se houve um equívoco na elaboração do edital pois entre os requisitos para o exercício do cargo de Biomédico, consta: “Registro profissional no CRBM-GO ou **CRF-GO**”.

O profissional Biomédico não se registra no CRF-GO, portanto, entendemos que o edital era para ter previsto vagas concomitantemente para este profissional e também para o farmacêutico, mas na publicação o farmacêutico fora suprimido.

Ante ao exposto, requer-se seja retificado o EDITAL do referido concurso para que passe a constar onde se lê “BIOMÉDICO”, leia-se “**FARMACÊUTICO OU BIOMÉDICO**”.

Por fim, convém observar que é de se estranhar que não tenha previsão de profissionais farmacêuticos para laborar na farmácia de um hospital de tamanho porte, ora, não haverá Farmácia no hospital?

Os profissionais farmacêuticos, em defesa do direito da população em ser assistido por profissional adequado, preconizado na Carta Magna e na Lei 5.991/73 que dispõe em seu Artigo 15 que a farmácia (seja hospitalar ou não) terá a assistência de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento, clamam por esclarecimentos a este respeito.

Atenciosamente,

Ernestina Rocha de Sousa e Silva
Presidente do CRF/GO